

I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLÍTICOS E FILOSOFIA DO ESTADO I

HORÁCIO MONTESCHIO

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

VIVIAN DE ALMEIDA GREGORI TORRES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

T314

Teorias da democracia e direitos políticos e Filosofia do Estado I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Horácio Monteschio; José Filomeno de Moraes Filho ; Vivian de Almeida Gregori Torres – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-055-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constituição, cidades e crise

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. I Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2020 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLÍTICOS E FILOSOFIA DO ESTADO I

Apresentação

Os trabalhos publicados nesta obra têm como base os artigos científicos apresentados no Grupo de Trabalho: Teorias da Democracia, Direitos Políticos e Filosofia do Estado I, durante o XXIX Encontro Nacional do CONPEDI, ocorrido entre os dias 24 e 30 de junho de 2020, sobre o tema “Constituição, Cidades e Crise”.

O XXIX Encontro Nacional do CONPEDI ficará marcado na memória dos participantes e na história da pesquisa. Desde março, a sociedade se viu obrigada ao isolamento, motivado pela pandemia provocada pela COVID-19. Não obstante, a Diretoria do CONPEDI entendeu que o evento não podia ser cancelado, dada sua importância para a área do Direito e o respeito necessário aos esforços dos pesquisadores. Assim, em poucos dias uma plataforma ficou disponível e o encontro presencial tornou-se virtual, viabilizando a continuidade da disseminação das pesquisas. Nasceu então o I Encontro Virtual do CONPEDI, cujo sucesso provavelmente se replicará nas próximas edições.

Apesar de virtual, o evento não perdeu seu brilho e sua qualidade, mais que isso proporcionou a convivência e o diálogo com colegas, fator importante, nestes tempos sombrios, para a manutenção da saúde mental e psicológica de todos.

A proposta do trabalho é inovadora, vez que, a partir da apresentação dos resumos relatados pelos pesquisadores, realizou-se um profícuo debate no âmbito do Grupo de Trabalho, facultando aos participantes a oportunidade de aprimorar a pesquisa realizada, bem como trocar experiências e informações.

O resultado obtido foi o de conceitos amadurecidos, que espelham uma perspectiva ampla sobre temas polêmicos e atuais, bem como tem a pretensão de dar continuidade à ideia de divulgar a pesquisa produzida por discentes de pós-graduação.

O esforço e dedicação dos participantes foram fundamentais para o êxito do Grupo de Trabalho e a expectativa é de que o debate ocorrido contribua para o aprimoramento do conhecimento da temática.

Os artigos científicos foram apresentados em quatro blocos de discussões, na ordem a seguir:

1- “A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA PARA O CREPÚSCULO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DO DIREITO”, de autoria de Enedino Januário de Miranda e Silva. A pesquisa percorreu o conceito de Estado e as fases pelas quais o Estado brasileiro passou, até a sua redemocratização, com a promulgação da Constituição de 1988.

2- “DEMOCRACIA INTRAPARTIDÁRIA: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE OS PADRÕES SUL-AMERICANOS”, de autoria de Ricardo Silveira Castro. O estudo abordou, comparativamente, os marcos regulatórios dos processos de tomada de decisão intrapartidária nos países sul-americanos (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), com o fito de analisar a potencialidade e as limitações dos padrões existentes.

3- “DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA ALÉM DO SENSO COMUM TEÓRICO”, de autoria de Denisson Gonçalves Chaves, Raimundo Wilson Gama Raiol e Fadia Yasmin Costa Mauro. Os autores analisaram os direitos das pessoas com deficiência, sob a perspectiva de que estes são direitos de grupos vulneráveis, e, neste viés, apresentam tais direitos sob a análise das teorias constitucionais e democráticas, fato que amplia o alcance e o conceito, retirando-os de uma situação meramente de direito para uma situação de efetividade de direitos.

4- “FAKE NEWS COMO AMEAÇA À DEMOCRACIA E OS MEIOS DE CONTROLE DE SUA DISSEMINAÇÃO”, de autoria de Vick Mature Aglantzakis. A pesquisa objetivou caracterizar a fake news e avaliar a adequação dos métodos de controle para a sua tutela no sistema democrático brasileiro. Para tanto o autor apresentou considerações sobre o acesso à informação e à liberdade de expressão, como elementos essenciais à democracia, discorreu sobre a definição de fake news, a difusão da expressão e seus efeitos nas relações em sociedade, e, por fim, analisou a fake news como mecanismo de ameaça à democracia.

5- “FAKE NEWS E COVID-19”, de autoria de Junia Gonçalves Oliveira e Eloy Pereira Lemos Junior. O estudo abordou a necessidade de uma regulamentação, específica, voltada à criminalização da disseminação de conteúdos falsos nos meios eletrônicos. O pesquisador ressaltou a importância de uma rápida resposta do legislativo, especialmente em tempos de pandemia, provocada pela Covid-19, vez que a fake news traz desinformação e danos impactantes para a sociedade.

6- “FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHAS FEMININAS NO BRASIL”, de autoria de Denise Goulart Schlickmann e Orides Mezzaroba. A pesquisa analisou os critérios de aplicação dos recursos partidários nas campanhas eleitorais, em especial, a

obrigatoriedade de percentual voltado para a promoção da participação política feminina. Foi destacado que a garantia da observância de tais critérios é um dos maiores desafios da atualidade política, quer pelo lançamento efetivo de candidaturas femininas, quer pela asseguuração de que os recursos a elas destinados não serão aplicados, indiretamente, no financiamento de candidaturas masculinas.

7- “IDEOLOGIA E UTOPIA: PERSPECTIVAS SOBRE A DEMOCRACIA A PARTIR DE KARL MANNHEIM”, de autoria de Bráulio Marques Rodrigues e Paulo Sergio Weyl Albuquerque Costa. Os autores, a partir da obra *Ideologia e Utopia* (1929), de Karl Mannheim (1893-1947), apresentaram uma epistemologia para as ciências sociais baseada tanto no agir (práxis) quanto no pensar (poiesis). Mostraram que a teoria do conhecimento traz na experiência a reflexividade como atributo da consciência, nela todo ato de conhecer dispõe de interpretações e perspectivas de natureza não teórica. A pesquisa teve por finalidade compreender a contribuição do autor para a democracia e para a filosofia política contemporânea, e, com isso, apresentaram uma ética para o desvelamento do caráter ideológico das instituições e para o melhoramento da experiência sensível da formação humana.

8- “O CONSENSO COMO GARANTIDOR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO FACE A GLOBALIZAÇÃO”, de autoria de Giovana Tognolo Vilela Macedo, Marlisa Ramos De Oliveira e Felipe Pedroso dos Santos. O estudo discutiu as concepções do direito, tanto como norma impositiva de comportamento dos membros de uma sociedade, através de previsões coercitivas, quanto como norma legítima a merecer o reconhecimento e, portanto, o cumprimento por todos os membros de uma sociedade aos quais ela se destina. Os autores, a partir da teoria habermasiana, discorreram sobre a legitimidade do direito, quando ele é amplamente debatido e discutido no seio da sociedade, dando origem às normas positivadas através do poder político constituído, respeitando-se assim, o princípio da soberania popular face aos problemas trazidos pela globalização.

9- “ORIGENS DO ESTADO CONTEMPORÂNEO”, de autoria de Gabriel Vieira de Souza. A pesquisa investigou as origens do Estado Contemporâneo, e, a partir da compreensão de seu processo evolutivo, identificou a possibilidade da continuidade desse processo de transformação.

10- “OS ASPECTOS EXTRAJURÍDICOS NOS PROCESSOS DE IMPEACHMENT NO BRASIL DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO”, de autoria de Thiago Sampaio Elias e Lívia Chaves Leite. O estudo percorreu os processos de impeachment nos governos de Fernando Collor e de Dilma Rousseff, sob seus aspectos extrajurídicos, o que desaguou na constatação

de semelhanças na condução do governo e na problemática da governabilidade, por parte de ambos, especialmente quanto à falta de apoio popular, o mau relacionamento com o Congresso Nacional e os fracassos na política econômica.

11- “OS DESAFIOS DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL FRENTE AO NEOLIBERALISMO ECONÔMICO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS LIMITES À INTERVENÇÃO ESTATAL”, de autoria de Paulo Rodolfo Kraft e José Marcos Miné Vanzella. O trabalho apontou a importância do Estado de Bem-estar Social para atenuar as desigualdades sociais e garantir a dignidade humana e os direitos fundamentais, bem como trouxe à luz as dificuldades para o seu desempenho frente às forças econômicas do mundo globalizado e o modelo de Estado ultraliberal. Os autores apontaram a necessidade de práticas que obstem uma maior influência de um grupo, em detrimento dos legítimos interesses do outro grupo, sendo que tal circunstância pode ser alcançada pelo consenso, mediante a participação deliberativa de todos os atores envolvidos, otimizando-se, assim, a integração social.

12- “OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A DEMOCRACIA: NECESSIDADE, DEPENDÊNCIA E PROGRESSO”, de autoria de Ricardo Assirati Vicente e Vivian de Almeida Gregori Torres. A pesquisa analisou como a atuação das mídias e dos movimentos sociais podem contribuir ou não para o debate político e aprimoramento da democracia, com vista ao atendimento das demandas essenciais da ordem social. Neste aspecto, foi investigado o cidadão e seu direito à informação, as liberdades de expressão e pensamento, as mídias sociais e a promoção da democracia, a mídia e o poder, as decisões do STF quanto à liberdade de imprensa, e, por final, o oligopólio da mídia como obstáculo ao desenvolvimento do pensamento crítico.

13- “OS MUNICÍPIOS NO FEDERALISMO BRASILEIRO”, de autoria de Verbena Duarte Brito de Carvalho. A autora se debruçou sobre a questão do pacto federativo e da necessidade de reformas estruturais, dando foco aos municípios, a partir da doutrina e da legislação sobre o tema, questionando até que ponto vai a independência dos entes da federação, e registrando que a União, com a PEC 188/2019, pretende que cada município reassuma o respectivo controle orçamentário, com a correlata responsabilidade, fato que não ocorre no modelo em vigor, em razão da excessiva atomização municipal.

14- “RELAÇÕES CIVIL-MILITARES E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: O CASO BRASILEIRO”, de autoria de Armando Albuquerque de Oliveira. O estudo analisou a herança autoritária no processo de transição democrática brasileira, destacando o alto grau de prerrogativas concedidas aos militares, fato que levou o país a uma “acomodação civil

desigual”, apontando para a necessidade de uma redefinição do papel institucional das suas Forças Armadas.

15- “TEOLOGIA POLÍTICA NEOLIBERAL E ESTADO DE EXCEÇÃO NO BRASIL ATUAL”, de autoria de Gabriel Napoleão Velloso Filho. A pesquisa abordou a aplicação dos conceitos de Carl Schmitt, para analisar a crise da democracia moderna e, o que o autor denominou, da pós-democracia, representada pela eliminação do adversário político, incorporação de valores religiosos e desenvolvimento de um projeto moral e político afastado da apreciação jurídica.

Como se vê, os artigos exploraram de forma ampla a pluralidade de temáticas decorrentes das questões que envolvem a democracia, os direitos políticos e a filosofia do Estado, assuntos que nos dias atuais tomaram vulto, não só em razão da crise política experimentada pelo país, mas também, pelo agravamento da área da saúde e da economia, motivado pela pandemia que assola o mundo.

Por fim, esperamos que a presente obra seja fonte de inspiração para o desenvolvimento de novos projetos e textos em defesa da democracia, dos direitos políticos e da filosofia do Estado, porque, ao final, é o direito e sua filosofia, que darão conta de regular as relações sociais e equilibrar as disparidades.

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho

Universidade Estadual do Ceará (aposentado)

Prof. Dr. Horácio Monteschio

Universidade Paranaense - UNIPAR

Profa. Dra. Vivian A. Gregori Torres

Universidade Metodista de Piracicaba/SP

Nota técnica: Os artigos do Grupo de Trabalho Teorias da Democracia, Direitos Políticas e Filosofia do Estado I apresentados no I Encontro Virtual do CONPEDI e que não constam nestes Anais, foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals

(<https://www.indexlaw.org/>), conforme previsto no item 8.1 do edital do Evento, e podem ser encontrados na Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

OS ASPECTOS EXTRAJURÍDICOS NOS PROCESSOS DE IMPEACHMENT NO BRASIL DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO

EXTRAJURIDICAL ASPECTS IN PROCESSES IMPEACHMENT IN BRAZIL SINCE REDEMOCRATIZATION

**Thiago Sampaio Elias
Livia Chaves Leite**

Resumo

O presente artigo trata dos aspectos extrajurídicos nos processos de impeachment ocorridos desde a redemocratização do Brasil. A falta de apoio popular, o mau relacionamento com o Congresso Nacional e fracassos na política econômica se mostraram fatores externos significativos no processo de impedimento de um Presidente da República. Todas estas questões foram analisadas nos governos de Fernando Collor e de Dima Rouseff, respeitando os contextos históricos de cada um dos mandatos e demonstraram semelhanças na condução do governo e na problemática da governabilidade.

Palavras-chave: Impeachment, Aspectos socioeconômicos, Apoio popular, Política, Poder

Abstract/Resumen/Résumé

This article deals with the extra-legal aspects of the impeachment processes that have occurred since the re-democratization of Brazil. The lack of popular support, the bad relationship with the National Congress and failures in economic policy were significant external factors in the process of impeding a President of the Republic. All these issues were analyzed in the governments of Fernando Collor and Dima Rouseff, respecting the historical contexts of each of the mandates and demonstrated similarities in the conduct of the government and in the issue of governance.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Impeachment, Socieconomic aspects, Popular support, Policy, Power

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo serão abordados os aspectos extrajurídicos nos processos de *impeachment* do Brasil desde a redemocratização. A destituição de um presidente está previsto na Constituição Federal e necessita de motivação jurídica. Entretanto, a motivação jurídica não é o único aspecto que é levado em consideração em um processo de impedimento de um Presidente da República.

O objetivo deste trabalho é analisar se aspectos extrajurídicos interferem na destituição de um presidente da república. Como forma de atingir o objetivo proposto, será inicialmente exposto o processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello, abordando além do contexto histórico, a situação socioeconômica, o apoio popular e o relacionamento que o ex-presidente possuía com o Poder Legislativo.

Na segunda sessão será abordado o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Vana Rousseff, onde também serão abordados além do contexto histórico, os resultados socioeconômicos, a sua aprovação popular e a sua relação com o Congresso Nacional.

Por fim será traçado um paralelo entre as duas destituições de presidentes que ocorreram em um período de 26 anos, analisando as semelhanças que existiram entre estes dois processos, respeitando o momento histórico diverso. Também serão analisados outros casos em que os governantes enfrentaram crises políticas, denúncias de corrupção e baixa popularidade, porém não foram submetidos a um processo de *impeachment*.

Espera-se obter semelhanças entre os processos de *impeachment* ocorridos no país pós-redemocratização e descobrir divergências entre os casos de governantes, que mesmo enfrentando crises, não foram submetidos a um processo de destituição do cargo. O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, valendo-se de pesquisas em livros e a análise de gráficos.

2. O IMPEACHMENT DO PRESIDENTE FERNANDO COLLOR

O ex-presidente Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do Brasil em 15 de março de 1990, após a primeira eleição direta desde a redemocratização brasileira, onde o país enfrentava um período de dificuldades econômicas. Collor, durante o seu mandato, enfrentou denúncias de corrupção, culminando em um processo de *impeachment*, que resultou na sua destituição do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, assumindo em seu lugar o vice-presidente a época, Itamar Augusto Cautiero Franco (BORIS, 2013).

2.1. Contexto histórico

Fernando Collor de Mello foi eleito para a Presidência da República Federativa do Brasil em dezembro de 1989, sendo o primeiro presidente a ser eleito após 29 anos em eleições diretas no país garantido pela promulgação da Constituição Federal de 1988, o que representou um grande simbolismo a época no processo da redemocratização brasileira. (LAMOUNIER, 1991)

A eleição de Fernando Collor efetivou a demanda central do movimento “Direta Já”, que lutava pela eleição do Presidente da República por meio de voto direto da população brasileira, após a redemocratização brasileira. Entretanto, o ex-presidente Collor foi perdendo o apoio popular, com seu governo enfrentando inúmeras acusações de corrupção. E em maio de 1992 a crise chegou ao ápice, quando o ex-presidente foi acusado pelo seu irmão, Pedro Collor, de participar de um esquema de corrupção.

Esta série de acusações teve como consequência a abertura de um processo de *impeachment* contra Fernando Collor, em setembro de 1992, que contava com um grande apoio popular, que estavam às ruas pedindo a destituição do então Presidente da República. Toda esta manifestação popular surtiu efeito, sendo Fernando Collor afastado definitivamente do cargo de Presidente da República. Este fato, somente 2 anos após a eleição direta de um presidente, desde a redemocratização do país, foi vista como um sinal de força da democracia brasileira a época. (SALLUM JR., 2011).

LAMOUNIER (1991) alertou para os possíveis problemas de governabilidade que o presidente Fernando Collor poderia sofrer ao longo de seu mandato, a depender de como se daria a relação do então presidente com o Congresso Nacional, bem como a popularidade que ele teria ao longo de seu mandato.

TABELA 1 – Possíveis perfis do processo decisório e de problemas de “governabilidade” (1990-1994)

		Relações com o Congresso	
		Antagônicas	Cooperativas
Popularidade do Presidente	Alta	Pressão populista para sustentar legislação via medidas provisórias. Impasses frequentes.	Governo capaz de aprovar a legislação necessária, inclusive reformas constitucionais.
	Baixa	Cenário de uma crise “janista” como a de 1961.	Governo ainda estável, mas já tendendo, na prática, ao parlamentarismo.

Fonte: Lamounier (1991), p.28

Durante o seu mandato, Collor de Mello teve uma relação antagônica com o Congresso Nacional, ou seja, ele preferiu uma política de enfrentamento com o Legislativo, do que uma política cooperativa, onde deveriam existir negociações para a aprovação de projetos de interesse do governo. E ao longo de seu mandato, ele foi perdendo a sua popularidade, existindo um esvaziamento no apoio ao seu mandato, tendo por fim o seu afastamento do cargo da presidência em 1992.

De acordo com SALLUM JR. (2011), os analistas políticos explicam o processo de *impeachment* sofrido por Fernando Collor por diferentes fatores, entretanto pouco é destacado acerca das denúncias de corrupção e focam mais no modo em como Collor exerceu o cargo de presidente, tendo baixo apoio popular, inclusive com a mobilização da sociedade civil exigindo seu afastamento, fragmentação partidária, dentre outros percalços que podem ter contribuído para o processo de *impeachment*.

2.2. Situação socioeconômica

Fernando Collor assumiu a presidência enfrentando uma crise econômica após sucessivos planos econômicos terem fracassado (Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão), que tinham como objetivo conter a hiperinflação que assolava o país e desvalorizava a moeda brasileira. (MOTA, 2002).

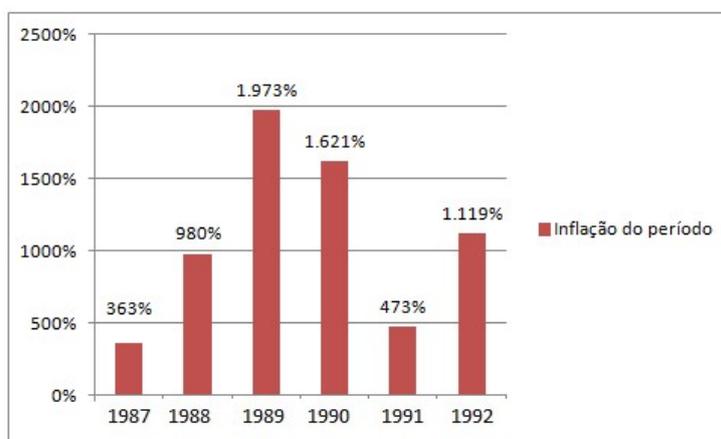
Logo após ter assumido a presidência, o então presidente Fernando Collor lançou o chamado “Plano Collor”, que objetivava estabilizar a moeda brasileira e controlar a inflação de 80% ao mês e a tendência era a situação se agravar. O Plano Collor, dentre

outras medidas, incluía uma medida financeira extrema: o bloqueio de ativos financeiros superiores a Cz\$50.000,00 cruzados, que ficou conhecido como “confisco”. (BORIS, 2013)

O choque heterodoxo, como fora chamado o plano econômico teve eficácia limitada e não resolveu o problema inflacionário do país. Em março de 1990 a inflação era de 84,3% e desacelerou, porém voltou a crescer, fechando o mês de dezembro em 18,3%. E em 1991, Collor lançou um novo plano econômico, o Plano Collor II, que mais uma vez fracassou no combate à inflação. (MOTA, 2002).

O fracasso da política econômica do governo do Fernando Collor pode ser observado por meio do controle da inflação brasileira, um dos maiores problemas que necessitavam ser enfrentado pelo novo presidente. Por mais que a inflação tenha reduzido durante o governo, esta ainda ficou em patamares bastante elevados, demonstrando o insucesso no controle inflacionário do governo, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Evolução da inflação no Brasil (1987-1992)



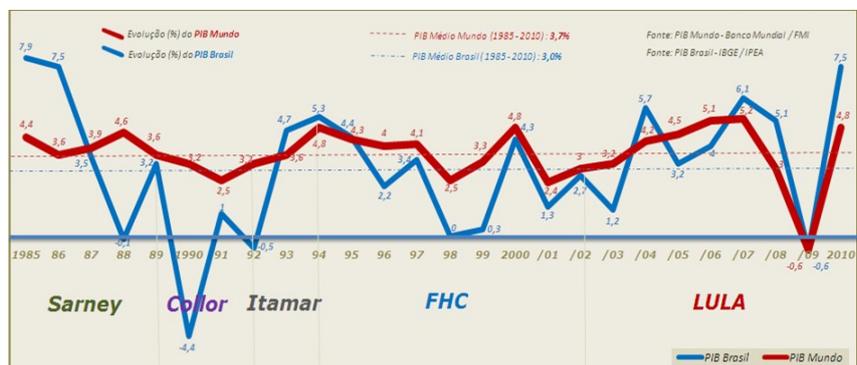
Fonte: IBGE / Elaboração própria

Além da hiperinflação, outro grave problema enfrentado pelo governo Collor foi o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, onde o resultado também foi abaixo do esperado. O país havia acabado de sair da década de 1980, considerada uma década perdida pelos economistas, entretanto não conseguiu alcançar um crescimento satisfatório durante o governo de Fernando Collor. (CASTRO, 2016).

Para exemplificar o baixo crescimento do país, é possível citar o ano de 1990, o primeiro ano do governo Collor, em que o país teve uma recessão de aproximadamente

4,4% em comparação ao ano anterior, a maior recessão dos últimos anos e bastante aquém da evolução do PIB médio mundial que foi de 3,2% naquele ano, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Evolução PIB Brasil x Mundo (1985-2010)



Fonte: IBGE / Elaboração Brasil – Fatos e Dados, 2010

No meio desta crise econômica de estagflação¹, o governo Collor começou a sofrer denúncias de corrupção em seu governo. Pedro Collor, irmão do presidente, denunciou o denominado “Esquema PC”, onde o presidente seria beneficiado pelo tráfico de influência comandado pelo empresário Paulo César Farias, o tesoureiro da campanha a presidência de Fernando Collor. (MORAES NETO, 2005)

O escândalo de corrupção, o confisco da poupança e o fracasso na condução da política econômica do país fizeram aumentar ainda mais a insatisfação popular com o governo Collor, trilhando o caminho para o processo de *impeachment* que viria a sofrer posteriormente.

2.3. Apoio popular

A avaliação do governo de Fernando Collor teve um descenso rápido em um curto espaço de tempo. No início de seu governo 71% da população acreditava que Fernando Collor faria um governo ótimo/bom, entretanto este prestígio cai vertiginosamente três meses, quando somente 36% da população aprovava o governo Collor. (SALLUM JR., 2011).

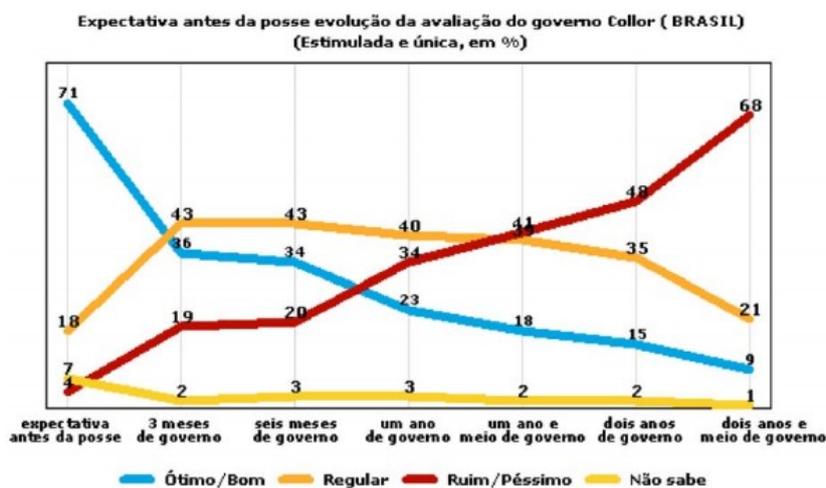
Esta repentina mudança na avaliação do governo pode ser explicada, dentre outros fatores, pelo Plano Collor, que congelou os valores das contas correntes e das

¹ Termo utilizado para definir a situação econômica em que ocorre concomitantemente a estagnação do crescimento econômico e a alta da inflação

cadernetas de poupança da população logo no início de seu governo. Dois anos depois de o ex-presidente Fernando Collor assumir o poder, a sua popularidade continuava a se deteriorar, tendo em vista que a situação socioeconômica do país estava se agravando.

A popularidade em baixa, os problemas socioeconômicos enfrentados pelo país e as denúncias de corrupção fizeram os estudantes ir às ruas pedirem o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Estes estudantes ficaram conhecidos como “caras-pintadas” e tiveram apoio de diversas entidades da sociedade civil, tais como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), CUT (Central Única dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes), dentre outras entidades (MOTA, 2002).

Gráfico 3 – Avaliação do Governo Collor (1990-1992)



Fonte: Datafolha (1992)

Em junho de 1992 a popularidade do governo de Fernando Collor era inversa a da expectativa para a sua posse no governo, que ocorreu em março de 1990. Enquanto que a expectativa de 71% da população fosse a de que o governo Collor seria ótimo/bom, a situação se reverteu pouco após 2 anos de sua posse, quando a aprovação do governo era de somente 9%, enquanto 68% consideravam seu governo ruim/péssimo, conforme pesquisa do Datafolha.

Essa forte pressão popular, acumulada com os resultados socioeconômicos nada satisfatórios e uma falta de coalizão do Poder Executivo com o Poder Legislativo, culminou no processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor, por conta de crime de responsabilidade. (SALLUM JR., 2016).

2.4. Relacionamento com o Congresso Nacional

Desde a escolha para o seu ministério, Collor agiu como se a sua eleição, pela maioria do eleitorado brasileiro, desse a ele, como Chefe do Executivo, um poder de sobrepor os outros poderes. E assim, não se preocupou em negociar a escolha de seus Ministros com os outros partidos que possuíam representantes no Poder Legislativo. Flynn (1993) afirma que Collor possuía um estilo imperial de governar e considerava que os 35 milhões de votos alcançados durante a eleição seriam suficientes para que ele pudesse ignorar o Congresso Nacional e governar tão somente com o apoio popular.

Logo, ele não se preocupou em formar maioria política orgânica, por meio de uma coalizão partidária, para aprovar no Congresso Nacional as matérias legislativas de interesse do governo. Ao invés disso, Collor preferiu manter o controle direto de todos os recursos do Executivo e utilizar sua alta popularidade para conseguir a aprovação de projetos do governo, sendo necessário por vezes confrontar adversários. (SALLUM JR., 2016).

Esta estratégia política funcionou enquanto a popularidade do ex-presidente Fernando Collor estava em alta, para combater a hiperinflação da época. Com esta dinâmica política, Collor governava o país por meio de Medidas Provisórias (MPs), somente no ano de 1990, o primeiro ano do mandato do ex-presidente, foram aprovadas 143 Medidas Provisórias e poucos foram os projetos rejeitados pelo Congresso Nacional. (SALLUM JR., 2016).

É importante ressaltar que em 1990 a oposição não teve tanta força, tanto porque o ex-presidente Fernando Collor tinha legitimidade e apoio popular, como também porque os mandatos dos estavam no fim e precisavam se submeter às eleições em outubro daquele ano, caso quisessem renovar os seus mandatos. (SALLUM JR., 2016).

Entretanto, ao longo dos anos, a situação foi se modificando. O governo Collor já não possuía tanto apoio popular como em seu primeiro ano de mandato, bem como os fracassados planos econômicos e a falta de coalizão com o Congresso Nacional desde o início de seu mandato fez com que o governo começasse a sofrer com mais derrotas em seus projetos. Toda esta situação culminou no afastamento do ex-presidente Fernando Collor em 29 de setembro de 1992 pela Câmara dos Deputados e em 29 de dezembro de 1992 o Senado confirmou o impedimento definitivo de Fernando Collor de Mello.

3. O IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

A ex-presidente Dilma Vana Rousseff assumiu a presidência do Brasil em 01 de janeiro de 2011 após ter vencido as eleições em 2010. Em 2014 Dilma foi reeleita presidente do Brasil em uma eleição bastante polarizada em que venceu o candidato Aécio Neves por uma pequena margem de votos, onde o eleitorado estava bastante dividido.

Dilma Rouseff não terminou o seu 2º mandato de presidente. Em um governo cercado por denúncias de corrupção e a Operação Lava-Jato² em andamento sofreu inúmeros pedidos de *impeachment*. E em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara Eduardo Cunha aceita a denúncia de crime de responsabilidade fiscal, que culminou na sua destituição do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, assumindo em seu lugar o vice-presidente a época, Miguel Michel Elias Temer de Lulia.

3.1. Contexto histórico

Dilma Rousseff assumiu a presidência em 2011 em meio às consequências da crise econômica mundial de 2008, que iniciou nos Estados Unidos da América e teve seu apogeu com a falência do banco americano *Lehman Brothers*. A falência do banco levou a ruína de outras instituições financeiras. Este período também foi denominado de *crise do subprime*. Em suma, esta crise ocorreu devido a uma crise imobiliária de proporções inimagináveis. (BORÇA JUNIOR, 2011)

Em 2014 Dilma foi reeleita Presidente da República, apesar dos problemas socioeconômicos e das denúncias de corrupção, provenientes da Operação Lava-Jato. Para agravar a situação foi aberto um processo de *impeachment* em 02 de dezembro de 2015, por crime de responsabilidade fiscal (PASSARINHO, 2015), sendo a ex-presidente definitivamente afastada do cargo em 31 de agosto de 2016. (GARGIA, 2016).

3.2. Situação socioeconômica

Diante da crise econômica, a ex-presidente Dilma ao assumir o seu mandato deu continuidade a política econômica de seu antecessor e fez uma série de medidas para

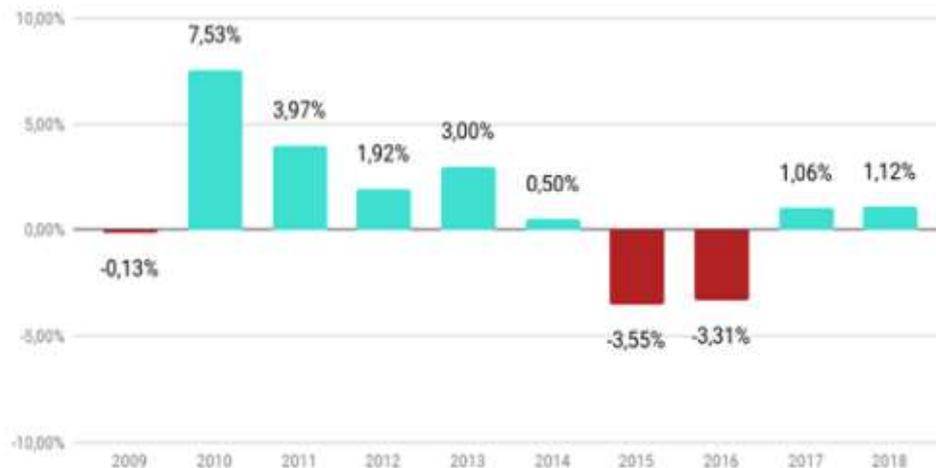
² Nome dado para o conjunto de operações realizadas pela Polícia Federal, que teve início em 2014, para investigar denúncias de corrupção envolvendo estatais brasileiras e políticos do alto escalão.

estimular a economia brasileira, que são condizentes com o pensamento do economista britânico John Maynard Keynes.

A teoria econômica desenvolvida por Keynes é conhecida como Escola Keynesiana ou Keynesianismo. Em linhas gerais, este pensamento econômico é oposto às ideias liberais e entende que o Estado exerce um papel fundamental na economia, devendo ser um fomentador de investimentos com o objetivo de conduzir o país ao pleno emprego. (CARNEIRO, 1997).

Em situações de crise, o economista britânico argumentava que o Estado deveria desempenhar um papel fundamental nos investimentos, para fortalecer a economia e gerar empregos, o que estimularia o consumo e faria a economia se recuperar, pois não seria possível esta recuperação sem a forte atuação estatal. (CARNEIRO, 1997). Estas medidas econômicas de estímulo à economia tiveram êxito nos primeiros anos do governo Dilma, entretanto a economia começou a desacelerar, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Crescimento % PIB Brasil (2009-2018)

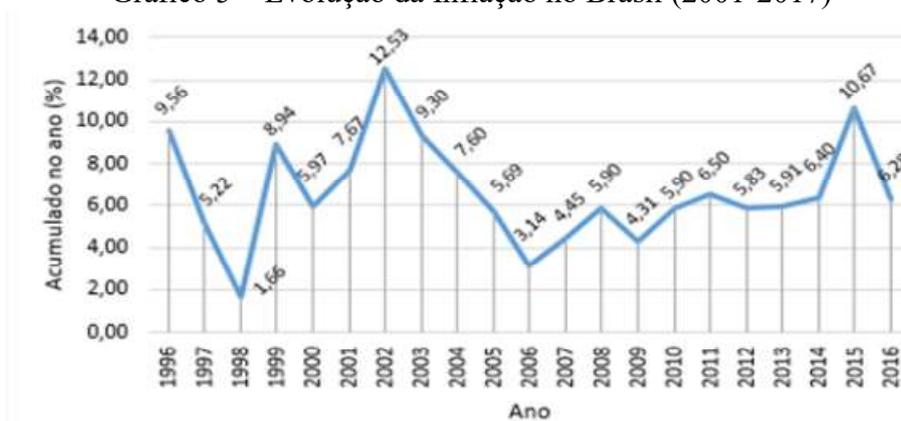


Fonte: IBGE (2019) / Elaborado por: GAZETA DO POVO (2019)

O pensamento Keynesiano foi utilizado como base na política econômica de expansão monetária do governo de Dilma Rousseff, que fez com que o Estado brasileiro forçasse a queda da taxa de juros entre 2011 e 2013, mesmo não havendo sustentabilidade para esta queda da taxa de juros, devido à alta inflação do país.

Esta redução da taxa de juros (entre 2011 e 2013) agravou a situação econômica do país porque houve uma maior facilidade para a obtenção de crédito, pressionando ainda mais a inflação e desvalorizando o poder de compra da população brasileira, afetando principalmente as classes mais baixas. O ápice da crise econômica no Brasil ocorreu em 2015 quando mesmo com uma taxa de juros de 14,25% o país teve uma inflação de 10,67% acumulada com uma recessão de 3,55%, atingindo o patamar de estagflação.

Gráfico 5 – Evolução da Inflação no Brasil (2001-2017)



Fonte: IBGE (2019)

O descontrole inflacionário pode ser explicado também por conta do aumento exponencial dos gastos públicos governamentais, que teve um expressivo aumento ao longo dos anos, pós-crise de 2008, como forma de estimular o crescimento do país. No gráfico abaixo, é possível analisar a evolução das despesas primárias da União, ou seja, as despesas efetuadas pelo Governo Federal antes de pagar os juros da dívida pública.

Gráfico 6 – Resultado das contas publicas da União (2008-2018)

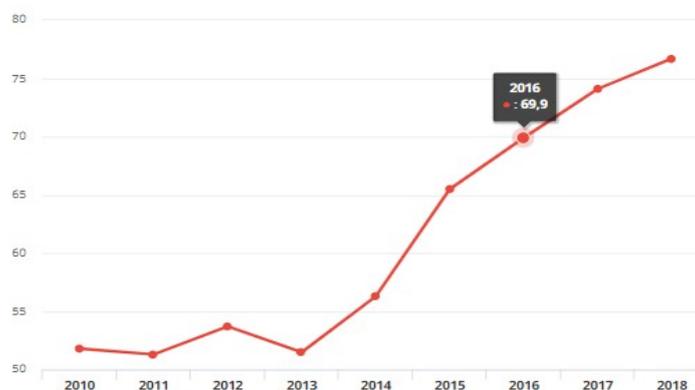


Fonte: Tesouro Nacional / Elaboração: G1 (MARTELLO, 2019a)

Estes sucessivos déficits fiscais, que aumentavam a cada ano, trouxeram como consequência um crescimento da dívida pública federal do país, tendo em vista que o

Tesouro não pagava os juros da dívida, mas somente fazia o rolamento da dívida, ou seja, emitia novos títulos da dívida com um prazo mais longo para custear o pagamento da dívida principal e dos juros que estavam a vencer. Isto ocasionou um crescimento exponencial da dívida pública, como pode ser observado no gráfico abaixo, atingindo o patamar de 69,9% do PIB do país no último ano de governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Gráfico 7 – Evolução da dívida pública federal - % PIB (2010-2018)



Fonte: Banco Central do Brasil (2019) / Elaboração: G1 (MARTELLO, 2019b)

Estas medidas fizeram com que o país sofresse uma crise de confiança do mercado internacional, sendo a dívida brasileira rebaixada por agências de risco internacional, que medem a confiabilidade em investir no país. Pode ser citado como exemplo o rebaixamento da nota (de BBB- para BB) dado pela agência de classificação de risco: *Standard & Poor's* fazendo com que o país perdesse o selo de bom pagador, o que significa que investir no Brasil tornou-se mais arriscado, devido ao descontrole fiscal afastando, portanto, investimentos internacionais. (*STANDARD & POOR*, 2016)

Além da crise econômica que o país enfrentava a ex-presidente Dilma Rousseff também passava por uma crise política, em razão de denúncias de corrupção em seu governo, prejudicando ainda mais a sua popularidade que estava em queda devido aos maus resultados econômicos.

3.3. Apoio popular

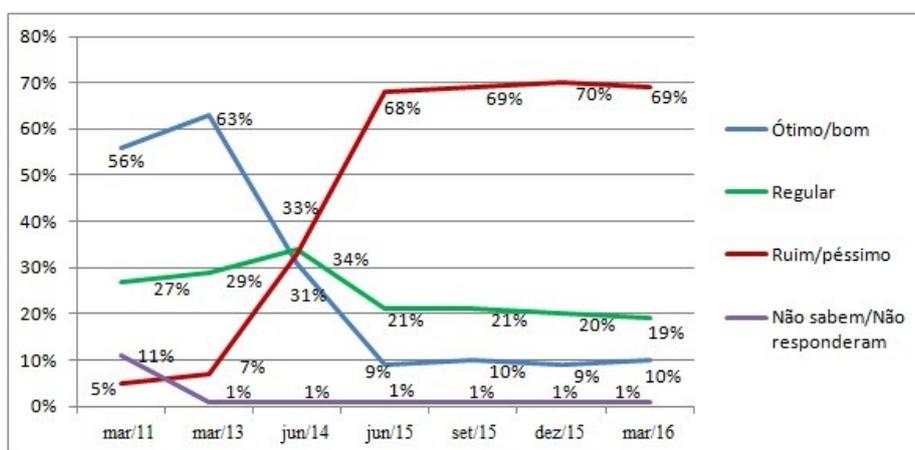
A presidente da época, Dilma Rousseff iniciou seu mandato com forte apoio popular, com o alto grau de confiança e forte apoio popular, muito influenciado pela sua

eleição e apoio de seu antecessor, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, que encerrou seu mandato com uma elevada aprovação.

Pouco mais de um ano de governo, a popularidade da então presidente Dilma Rousseff estava em ascensão, alcançando o patamar de 63% de aprovação em 2013, entretanto em junho do mesmo ano, somente três meses depois da melhor aprovação do governo, a popularidade da ex-presidente Dilma despencou. E passou a ter somente 31% de aprovação popular.

Isto pode ser explicado pela série de protestos ocorridos em todo o país, onde a população brasileira reivindicava melhores condições de vida e exigiam desde preços menores no transporte público até redução de custos com o evento da Copa do Mundo de 2014 para um maior investimento em áreas como saúde, segurança e educação, considerados essenciais. (G1, 2013).

Gráfico 8 – Avaliação do Governo Dilma (2011-2015)



Fonte: CNI/Ibope / Elaboração própria

Posterior a estes protestos, Dilma Rousseff conseguiu se reeleger em 2014 com uma pequena margem de diferença de seu oponente, Aécio Neves. A eleição foi marcada pela polarização do país, sendo considerada a mais acirrada desde a redemocratização do Brasil.

Entretanto, seis meses após a sua reeleição, o governo Dilma sofria com uma alta impopularidade, com aprovação de somente 9% da população brasileira, devido aos maus resultados econômicos e as denúncias de um esquema de corrupção envolvendo a Petrobrás, por intermédio da Operação Lava-Jato.

Devido a estas denúncias de corrupção, iniciaram uma série de protestos populares contra o governo de Dilma Rousseff, que reivindicavam o seu *impeachment*, devido ao esquema de corrupção. Estes protestos foram se intensificando ao longo do tempo e o ápice foi em março de 2016, quando milhões de pessoas foram às ruas protestar contra o governo de Dilma Rousseff, que poucos meses depois sofreria *impeachment* pelo crime de Responsabilidade Fiscal.

Vale ressaltar também que durante o processo de *impeachment*, Dilma sofreu com a falta de apoio de muitos parlamentares, inclusive alguns que faziam parte da base do governo na época de sua reeleição e votaram a favor do *impeachment* de Dilma Vana Rousseff.

3.4. Relacionamento com o Congresso Nacional

Dilma Rousseff desde a sua primeira eleição nunca conseguiu ter uma boa relação com o Congresso Nacional, algo fundamental para a aprovação dos projetos governamentais. No seu primeiro governo após a queda de popularidade, Dilma ainda tentou melhorar sua relação com o Congresso Nacional objetivando aprovar medidas consideradas importantes para o governo (CASTRO, 2013).

Entretanto, a situação esteve longe de ser resolvida. E no segundo mandato, a relação da ex-presidente com o Poder Legislativo foi se agravando, pois além de não fazer um governo de coalizão, a ex-presidente possuía baixo apelo popular e enfrentava uma crise econômica sem precedentes na história recente do país.

Esta falta de diálogo da ex-presidente com o Congresso Nacional era algo regular durante todo o governo da presidente. A situação era tão ruim que o deputado federal a época, Benito Gama, afirmou que a presidente desprezava o Parlamento brasileiro, comparando o seu governo com o de Fernando Collor por ter a mesma postura que o ex-presidente destituído tinha com o Congresso Nacional. (TÍSSIA, 2015).

E este fator pode ter contribuído com a aprovação de *impeachment* pelo Congresso Nacional. Após o processo ser concluído, Dilma fez um *mea culpa*, admitindo que poderia ter tido um melhor relacionamento com o Congresso Nacional desde o início de seu mandato e, desta forma, talvez conseguisse aprovar mais projetos

governamentais e ter evitado a sua destituição do cargo de presidente da República Federativa do Brasil. (ISTOÉ, 2016).

4. ANÁLISE DOS PROCESSOS DE *IMPEACHMENT* NO BRASIL

O processo de *impeachment* de Fernando Collor e Dilma Rousseff ocorreu em períodos históricos bastante distintos do país, entretanto os dois momentos guardam muitas semelhanças de acontecimentos entre eles. No *impeachment* de Collor, o país estava iniciando a sua redemocratização, sendo Fernando Collor o primeiro presidente eleito por voto direto após décadas. No *impeachment* de Dilma, a democracia brasileira estava mais consolidada após sete eleições presidenciais desde a redemocratização, entretanto os dois sofreram com crises econômicas, falta de apoio popular e fizeram um governo antagônico com o Congresso Nacional.

4.1. Semelhanças entre os processos de *impeachment* no Brasil

Os momentos históricos destes *impeachments* são bastante distintos, entretanto é possível perceber muita similaridade dentro do contexto histórico de cada um destes processos de impedimento. Tanto o governo de Fernando Collor, como o governo de Dilma Rousseff enfrentaram crises econômicas e não obtiveram sucesso na aprovação de muitos de seus projetos.

Além disso, os dois governos sofreram com baixa popularidade e protestos populares que levaram milhares de pessoas às ruas reivindicando o *impeachment*. Vale ressaltar também a falta de diálogo com o Legislativo é um ponto em comum nestes dois governos. Por fim, pode ser percebido que estes dois governos ficaram bastante aquém da aspiração da população brasileira quando os elegeram.

Edmund Burke em sua publicação “Reflexões sobre as causas do descontentamento atual” (1770) afirma que

Não basta que o homem colocado em um cargo de confiança deseje o bem de seu país; não basta que pessoalmente jamais tenha realizado um só ato prejudicial, nem que tenha votado sempre de acordo com a sua consciência e nem ainda que tenha se pronunciado contra todo plano que lhe tenha parecido prejudicial aos interesses do país. [...] Quando o homem público não chega a se colocar em condições de cumprir seu dever com eficácia, esta omissão frustra os propósitos de seu mandato quase da mesma forma que se houvesse traído abertamente. (BURKE, 2006, p.25).

Logo, para Edmund Burke, não basta ao governante tomar medidas sempre com o interesse de melhorar a situação do país e não tomar nenhuma decisão que prejudique a população. É necessário que tais medidas surtam efeitos ou caso contrário, isto seria quase tão prejudicial como uma traição porque a população não seria beneficiada pelas boas intenções do governante.

No caso dos *impeachments* de Collor e Dilma, além de medidas fracassadas, estes governantes ainda desapontaram a população com suas medidas, que foram vistas por alguns como uma espécie de traição. Collor confiscou a conta corrente e poupança um dia após assumir a presidência, enquanto que a Dilma afirmou que o preço da energia não aumentaria, entretanto sete meses após o início do seu segundo mandato, o preço da energia elétrica havia subido 44,75%, segundo o IBGE (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2015).

Nicolau Maquiavel em sua obra “O Príncipe” (1513), que trata dentre outros temas, da manutenção de um governante no poder, afirma que

O pior que um príncipe pode esperar de um povo inimigo é ser abandonado por ele; por outro lado, deve não só temer o abandono por parte dos poderosos hostis, mas também ser atacado por eles – os quais, sendo mais previdentes e astuciosos, sempre agem a tempo de salvaguardar-se e buscam agradar a quem esperam que vença. (MAQUIAVEL, 1996, p. 78).

Maquiavel defende a ideia de que o pior para o governante é ser abandonado por ele, entretanto também deve cuidar para não somente ser abandonado por poderosos hostis, como também ser atacados por ele, ou seja, o governante precisa ter a habilidade de agradar seu povo sem criar inimizade com os poderosos, pois isto poderá ser bastante danoso para o governo.

Maquiavel complementa a sua ideia argumentando que é preferível o príncipe (governante) ser temido do que amado, entretanto, se o príncipe não puder ser amado, que ele possa evitar ser odiado, já que é perfeitamente possível ser temido sem necessariamente precisar ser odiado.

Ocorre que, nos casos dos *impeachments* ocorridos no Brasil desde a redemocratização, os governantes além de não possuir cuidado com os poderosos hostis, que seriam os parlamentares, também eram odiados pelo seu povo, como Maquiavel alertou que não poderia ocorrer. Por fim, as medidas econômicas também não obtiveram

êxito e agravaram a situação socioeconômica do país, e para Burke esta situação é tão ruim quanto uma traição feita de forma aberta.

4.2. Casos em que poderiam resultar em *impeachments* de Presidentes da República

Os governos de Collor e Dilma não foram os únicos desde a redemocratização brasileira que foram acusados de corrupção ou outros crimes, entretanto foram os únicos casos em que o Chefe do Executivo foram destituídos do cargo. No governo do antecessor da presidente Dilma Rousseff, houve um escândalo de corrupção conhecido como Mensalão, no governo de Luis Inácio Lula da Silva. Apesar do escândalo e da saída de alguns Ministros de Estado, o então presidente da República não sofreu *impeachment*.

Entretanto, por mais que o governo Lula tenha enfrentado uma crise política e isto tenha interferido em sua popularidade, o seu governo ainda possuía um grande apoio popular, com 35% da população brasileira aprovando o seu governo no auge da crise política. (DATAFOLHA, 2015).

Além disso, as medidas do governo Lula estavam surtindo um bom resultado socioeconômico, como por exemplo, o menor índice de desemprego da história, além da melhora na renda do trabalhador, isso tudo somado ao forte crescimento econômico do país durante este período do governo Lula que antecedeu a crise política causada.

Em suma, por mais que o governo Lula tenha enfrentado denúncias de corrupção, o governo contava com apoio popular e as medidas econômicas de seu governo estavam gerando resultados positivos à população brasileira. Neste cenário, não houve sequer qualquer autorização para a abertura de um processo de *impeachment* do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

O sucessor da presidente Dilma, o então presidente Michel Temer sofreu, desde o início de seu mandato com baixíssimos índices de popularidade, tendo inclusive menos popularidade do que Fernando Collor e Dilma Rousseff, no fim de seus respectivos mandatos posterior ao *impeachment*. (IBOPE, 2018)

Temer alcançou uma popularidade de 3% e seu governo começou a sofrer também com denúncias de corrupção, entretanto diferente de sua antecessora, o ex-

presidente possuía bastante articulação com o Congresso Nacional, além de tomar medidas econômicas que estavam dando resultado. E neste cenário, mesmo com a menor popularidade de todos os presidentes deste a redemocratização brasileira e denúncias de corrupção, Michel Temer terminou seu mandato sem ter enfrentado qualquer processo de *impeachment*, tendo a Câmara dos Deputados rejeitado por 2 vezes a abertura deste processo.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho é possível concluir que, além dos aspectos jurídicos que motivam o processo de *impeachment*, há também aspectos extrajurídicos que contribuem para o impedimento do Chefe do Executivo, quais sejam, ruins resultados socioeconômicos, baixa popularidade e distanciamento com o Congresso Nacional.

O presente trabalho não tem a intenção de alegar que não houve motivação jurídica para os *impeachments* ocorridos, mas que há também aspectos extrajurídicos que podem influenciar na tomada de decisão do Congresso Nacional para aprovar a destituição do cargo de Presidente da República.

Assim sendo, neste trabalho, é possível concluir que nos *impeachments* ocorridos no Brasil, desde a redemocratização, a presença destes fatores externos, além da causa jurídica por si, foram determinantes nos afastamentos dos presidentes e, podem colaborar com a forma que o Chefe do Executivo faça a tomada de decisões no Poder no futuro.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Em julho, IPCA-15 fica em 0,59%. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9700-em-julho-ipca-15-fica-em-0-59>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL – FATOS E DADOS. Desenvolvimento – PIB Mundo x PIB Brasil – Evolução: 1985 – 2010 – PIB Mundial x PIB brasileiro – Governos: Sarney – Collor – Itamar – FHC – Lula. 16 out. 2010. Disponível em: <<https://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/10/16/desenvolvimento>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BURKE, Edmund. In WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**. Vol. II. São Paulo, Ed. Ática, p. 13-45, 2006.

CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da Economia**. São Paulo: Editora Ática. 1997.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. *A economia política do governo Collor: discutindo a viabilidade de governos minoritários sob o presidencialismo de coalizão*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Gabriel. **Dilma inicia esforço para recuperar apoio no Congresso**. VEJA [site], 5 ago. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/dilma-inicia-esforco-para-recuperar-apoio-no-congresso/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

CASTRO, José Roberto. **Como estavam os indicadores econômicos durante o impeachment de Collor**. Nexos [site], 15 abr 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/15/Como-estavam-os-indicadores-econ%C3%B4micos-durante-o-impeachment-de-Collor>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Avaliação do governo Collor**. UOL [site], 01 jun. 1992. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1992/06/1222335-avaliacao-governo-collor---1992.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Reprovação a Lula é a maior de seu mandato**. UOL [site], 23 jul. 2005. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2005/07/1222266-reprovacao-a-lula-e-a-maior-de-seu-mandato.shtml>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

FLYN, Peter. Collor, Corruption and Crisis: time for reflection. **Journal of Latin American Studies**, Vol. 25, No. 2 (May, 1993), pp. 351-371. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/158161?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 02 dez. 2019.

GAZETA DO POVO. **PIB do Brasil: histórico e evolução em gráficos**. Gazeta do Povo [site], 29 abr. 2019. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>>. 29 abr 2019. Acesso em: 23 nov. 2019.

IBOPE. **72% avaliam governo Temer negativamente; patamar permanece o mesmo de dezembro.** IBOPE [site], 05 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/72-avaliam-governo-temer-negativamente-patamar-permanece-o-mesmo-de-dezembro/>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

IBOPE. **Avaliação do governo Dilma segue estável em relação a dezembro.** IBOPE [site], 30 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/avaliacao-do-governo-dilma-segue-estavel-em-relacao-a-dezembro/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

IBGE. Índice Nacional De Preços Ao Consumidor Amplo – IPCA. Disponível em: <http://www.idealsoftwares.com.br/indices/ipca_ibge.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

ISTOÉ. **Dilma faz ‘mea culpa’ sobre sua relação com Congresso.** Terra [site], 29 ago. 2016. Disponível em: <<https://istoe.com.br/dilma-faz-mea-culpa-sobre-sua-relacao-com-congresso/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

KEYNES. John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LAMOUNIER, Boris. **Depois da transição:** democracia e eleições no governo Collor. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MARTELLO, Alexandre. **No 5º ano seguido de rombo, contas do governo têm déficit de R\$ 120 bilhões em 2018:** Resultado, que ficou abaixo da meta fiscal, foi influenciado por alta na arrecadação de impostos e de royalties do petróleo. Déficit do INSS em 2018 foi de R\$ 195,2 bilhões. G1 [site], Economia, 29 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/29/contas-do-governo-tem-rombo-de-r-120-bilhoes-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MARTELLO, Alexandre. **Contas do setor público registram rombo de R\$ 108 bilhões em 2018:** Esse foi o quinto ano seguido com as contas no vermelho, mas a meta fiscal foi atingida. Dívida bruta do setor público somou 76,7% do PIB em dezembro. G1 [site], Economia, 31 jan. 2019. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/31/contas-do-setor-publico-registram-rombo-de-r-108-bilhoes-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

MORAES NETO, Geneton. **Os segredos dos presidentes: Dossiê Brasília**. São Paulo: Globo, 2005.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. 2 Ed. São Paulo: Moderna, 2002.

SALLUM Jr., Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **O Impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo**. Lua Nova, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SALLUM Jr., Brasílio. Crise Política e Impeachment. Lua Nova, São Paulo, vol. 35, no. 2, Jul 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000200183>. Acesso em: 26 nov. 2019.

STANDARD AND POOR. **Ratings de longo prazo do Brasil rebaixados para 'BB', dados os significativos desafios políticos e econômicos; perspectiva negativa**. Standard and Poors [site], 17 fev. 2016. Disponível em: <https://www.standardandpoors.com/pt_LA/delegate/getPDF?articleId=1579532&type=NEWS&subType=RATING_ACTION>. Acesso em: 03 dez. 2019.

TÍSSIA, Camila. **"Deu as costas ao Congresso", diz Benito Gama sobre relação de Dilma**. Metro1 [site], 11 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.metro1.com.br/noticias/politica/9547,deu-as-costas-ao-congresso-diz-benito-gama-sobre-relacao-de-dilma>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

WEFFORT, Francisco C; **Os Clássicos da Política**, vol. 2, 10 Ed. Atica, SP, 2004.